



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**JOEDER SANTOS RIBEIRO JUNIOR**

**“A FOME TEM CARA DE HEREGE”:** AS PESSOAS E AS FAMÍLIAS  
QUE ESTIVERAM NO ESTADO DE FOME E VULNERABILIDADE  
SOCIOECONÔMICA NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**JOEDER SANTOS RIBEIRO JUNIOR**

**“A FOME TEM CARA DE HEREGE”: AS PESSOAS E AS FAMÍLIAS  
QUE ESTIVERAM NO ESTADO DE FOME E VULNERABILIDADE  
SOCIOECONÔMICA NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como um dos requisitos necessários para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joice Amâncio De Aquino Alves.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**JOEDER SANTOS RIBEIRO JUNIOR**

**“A FOME TEM CARA DE HEREGE”: AS PESSOAS E AS FAMÍLIAS  
QUE ESTIVERAM NO ESTADO DE FOME E VULNERABILIDADE  
SOCIOECONÔMICA NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como um dos requisitos necessários para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 07/07/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Amâncio de Aquino Alves (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Dourado Bueno**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Gonçalves da Costa**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMÁTICA DE PESQUISA</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
4.1	GERAL	8
4.2	ESPECÍFICOS	8
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>9</b>
5.1	COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS	9
<b>5.1.1</b>	<b>Indicadores Socioeconômicos</b>	<b>9</b>
5.2	COLETA DE DADOS QUALITATIVOS	9
<b>5.2.1</b>	<b>Entrevistas com pessoas em situação de extrema pobreza</b>	<b>9</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Observação Participante</b>	<b>9</b>
5.3	ANÁLISE DOS DADOS	10
<b>5.3.1</b>	<b>Análise quantitativa</b>	<b>10</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Análise qualitativa</b>	<b>10</b>
5.4	AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
<b>5.4.1</b>	<b>Revisão documental</b>	<b>10</b>
<b>5.4.2</b>	<b>Comparação e síntese</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>11</b>
6.1	AMPLIAÇÃO DA FOME E VULNERABILIDADE NA PANDEMIA DE COVID-19	11
6.2	POSSÍVEIS POLÍTICAS DE COMBATE A FOME FEITAS PELO GOVERNO FEDERAL	13
6.3	A IMPRENSA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DESEMPENHANDO O IMPORTANTE PAPEL DE EXPOR A SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA NO PAÍS	14
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>16</b>

## **1 INTRODUÇÃO – TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO**

A fome é um termo com múltiplos significados. Pode ser conceituada como uma necessidade fisiológica natural do corpo ou um desejo espontâneo. No entanto, o sentido mais relevante do termo é a fome resultante da falta de alimento. No Brasil, devido à marginalização de muitas pessoas, a fome é um “bicho papão” que assombra inúmeras famílias, sendo vista como um problema histórico e recorrente.

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo identificar como a pandemia foi mais abrangente do que apenas o vírus Sars-CoV-2 (ou COVID-19). A fome também se espalhou pelo país, com maior concentração de vítimas na região do Nordeste.

Este estudo busca entender por que a fome atingiu altos níveis em Salvador, dando a devida atenção à participação do Governo da Bahia e do Município no combate à fome, um mal equiparado à COVID-19, como algo mortal e ‘contagioso’. Além disso, analisa como a mídia abordou essa questão.

Muitas pessoas perderam seus empregos, suas casas, e as famílias que dependiam de serviços informais ou de venda ambulante foram impactadas e impedidas de exercer tais funções devido às medidas de controle da proliferação do vírus (lockdown). Como resultado, essas pessoas perderam cada vez mais a capacidade de adquirir alimentos.

Este trabalho reflete sobre como os meios de comunicação, ou a grande mídia, negligenciaram de certa forma todos esses aspectos e focaram em mostrar a crise sanitária, a crise política, a crise econômica e as desventuras do representante do Poder Executivo.

Um dos principais pontos que será refletido neste trabalho são as políticas promovidas pelo Estado para combater a pobreza e a fome. Se ocorreram, quais foram e qual foi o grau de efetividade delas. Foram dois anos de pandemia de COVID-19, onde ocorreram muitas perdas de vidas pelo contágio da doença, além da forte precarização social.

## **2 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA**

Diante de tanto retrocesso político e social, como o Brasil conseguiu, em um curto período de tempo, regredir tanto nas políticas sociais que visam à erradicação da pobreza e da fome no país?

### 3 JUSTIFICATIVA

A pandemia de COVID-19 teve um grande impacto na sociedade brasileira e na política. Diante disso, é possível refletir sobre como essa adversidade contribuiu para o aumento da fome na população. Muitos programas de combate à fome foram extintos, como por exemplo, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A extinção do Consea desorganizou a nível nacional a coordenação das políticas voltadas para o combate à fome no momento em que a taxa da população em extrema pobreza chegou ao maior patamar desde o início da série histórica, em 2012. Desde 2015, 4,5 milhões de pessoas ingressaram na faixa de extrema pobreza. (Brasil De Fato, 2020).

A precarização da política de Fome Zero, que estava vinculada ao benefício do Bolsa Família durante o governo Bolsonaro (Folha De São Paulo, 2023), levou ao desmonte estrutural de todo o sistema de combate à fome, refletindo-se no período pandêmico. Assim, é possível observar que as medidas de segurança adotadas para conter o contágio do Coronavírus aumentaram a insegurança alimentar durante a pandemia, negligenciando o amparo ao cidadão de baixa renda. Em meio a um turbilhão de acusações e à negação da gravidade dos acontecimentos que estavam ocorrendo com a saúde mundial, o Brasil estava dez passos atrás na luta contra o vírus e contra a precarização social.

Em um momento tão importante para a sociedade, o Governo Federal estava preocupado apenas com a economia do país. Durante esse período, o meio encontrado para tentar impedir o contágio do vírus foi o lockdown, levando ao isolamento social e, conseqüentemente, ao fechamento dos comércios. Isso causou um impacto econômico bastante relevante, que pode ser relacionado à má administração política. No entanto, isso refletiu-se no aumento da fome no país.

Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), por meio do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a fome atinge, atualmente, cerca de 33 milhões de brasileiros, tornando-se um cenário marcante na população de baixa renda.

A cada dia, mais pessoas se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade e fome, não sabendo se temiam o vírus ou a falta de alimento, algo que ocorreu com muitas famílias soteropolitanas (Silva; Souza, 2022). A região do Nordeste brasileiro foi a que mais sofreu com a fome, atingindo locais onde passar fome não era um problema. Seis em cada dez

habitantes (63,8%) de áreas rurais apresentam algum grau de insegurança alimentar, ou seja, não se alimentam de forma adequada (Agência Brasil). Assim, a zona rural, que não tinha isso como problema, passou a ter, por diversos fatores, como concentração de terras, desestimulação nas agriculturas familiares, entre outros.

Diante dessa situação, ficou evidente que os governos Federal, Estaduais e Municipais não tinham um consenso e um projeto bem elaborado para combater a fome nas regiões do país. A exemplo do estado da Bahia, em que o governador não se alinhava com as ideias do então presidente, mas também não promoveu nenhum projeto eficaz para combater a fome. Uma medida que não teve tanta eficácia no enfrentamento à fome na Bahia foi um auxílio no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) aos alunos da rede pública de ensino, referente à alimentação escolar por conta do fechamento das escolas públicas. No entanto, o valor pago não era suficiente para uma ajuda ideal, devido ao aumento exponencial do preço dos alimentos, como carnes, ovos ou proteínas (algo que foi essencial para muitas famílias), os grãos como arroz, feijão, além de frutas e legumes. Cabe ressaltar que, para a situação de crise na saúde mundial, causada pelo Coronavírus, a alimentação adequada seria essencial para ajudar no combate à expansão da doença, pois um sistema imunológico fortalecido contribuiria mais para o não agravamento dos sintomas e até mesmo a morte.

O auxílio dado pelo Governo Federal no período da pandemia foi um meio de diminuir a precarização social, mas os valores que foram repassados para a população beneficiada pelo programa Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) não eram suficientes para cobrir todas as despesas domésticas. Isso ocorreu porque muitas pessoas estavam desempregadas e não podiam exercer nenhum trabalho informal, como os vendedores ambulantes. Muitas pessoas na região de Salvador/BA tiveram que procurar alimento no lixo das Ceasas de Salvador (sigla e denominação popular das centrais de abastecimento de Salvador). As sobras da feira, muitas vezes, foram garantias de conseguir algo para se alimentar. Ou seja, todos os dias era necessário se reinventar para poder sobreviver, enfrentando mazelas como a COVID-19, o desemprego, a pobreza e, principalmente, a fome.

Além disso, todo esse retrocesso que ocorreu em relação à fome no país fez com que o Brasil retornasse ao mapa da fome da ONU (Organização das Nações Unidas). Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, foram promovidas políticas de combate à fome, como o Programa Fome Zero (PFZ), que tinha como objetivo implementar uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Cruz, 2020). Posteriormente, esses pilares que sustentavam que milhares de brasileiros e brasileiras não passassem fome foram extintos, com os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Esses governos levaram a uma alta na inflação de mercado, o

que dificultou muito que famílias de baixa renda pudessem ter uma alimentação de melhor qualidade ou até mesmo um alimento.

Em suma, o retrocesso ocorrido após 2016, em termos de políticas públicas de combate à fome no Brasil, está relacionado a cortes de gastos sociais, reformas que dificultaram o acesso a programas de assistência e ao agravamento da pobreza devido à crise econômica e à pandemia de COVID-19. Essas medidas tiveram impacto na segurança alimentar da população mais vulnerável do país.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1. GERAL**

O objetivo principal deste trabalho é investigar a situação de extrema pobreza e vulnerabilidade socioeconômica e alimentar em Salvador durante a pandemia do COVID-19.

### **4.2. ESPECÍFICOS**

- Analisar a Extensão da Pobreza e Vulnerabilidade Socioeconômica:
- Coletar dados sobre indicadores de pobreza, como renda, acesso a serviços básicos e qualidade de vida, especificamente em Salvador.
- Identificar áreas geográficas mais afetadas pela extrema pobreza e vulnerabilidade.
- Compreender os Determinantes da Vulnerabilidade Alimentar:
- Realizar entrevistas qualitativas com pessoas em situação de extrema pobreza para entender os fatores que contribuem para a insegurança alimentar.
- Explorar questões como acesso a alimentos, redes de apoio social e barreiras à alimentação adequada.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS**

#### **5.1.1 Indicadores Socioeconômicos**

- Coletaremos dados sobre indicadores de pobreza, como renda per capita, taxa de desemprego, acesso a serviços básicos (saúde, educação, saneamento) e qualidade de vida.
- Utilizaremos fontes oficiais, como o **IBGE**, relatórios governamentais e dados disponíveis em plataformas online.
- 5.1.2. Georreferenciamento:
  - Mapearemos os dados coletados para identificar áreas geográficas mais afetadas pela extrema pobreza e vulnerabilidade socioeconômica em Salvador.
  - Utilizaremos ferramentas de geoprocessamento para visualizar essas áreas em mapas.

### **5.2 COLETA DE DADOS QUALITATIVOS**

#### **5.2.1 Entrevistas com pessoas em situação de extrema pobreza**

- Realizaremos entrevistas semiestruturadas com indivíduos que vivem em condições de extrema pobreza.
- Exploraremos suas experiências, percepções e desafios relacionados à alimentação, acesso a recursos e redes de apoio social.

#### **5.2.2 Observação Participante**

- Participaremos ativamente em comunidades vulneráveis para compreender a dinâmica local.
- Observaremos práticas alimentares, acesso a mercados, programas sociais e interações sociais.

## 5.3 ANÁLISE DOS DADOS

### 5.3.1 Análise quantitativa

- Utilizaremos técnicas estatísticas para analisar os dados quantitativos coletados.
- Identificaremos correlações entre indicadores socioeconômicos e níveis de vulnerabilidade.

### 5.3.2 Análise qualitativa

- Realizaremos análise de conteúdo das entrevistas e observações.
- Buscaremos padrões, temas emergentes e fatores determinantes da vulnerabilidade alimentar.

## 5.4 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

### 5.4.1 Revisão documental

- Investigaremos as políticas públicas implementadas durante a pandemia para combater a fome e a vulnerabilidade socioeconômica.
- Analisaremos relatórios governamentais, legislação e programas sociais.

### 5.4.2 Comparação e síntese

- Integraremos os resultados quantitativos e qualitativos para avaliar a eficácia das políticas existentes.
- Proporemos recomendações para aprimorar as estratégias de combate à pobreza e insegurança alimentar.

## 6 REFERENCIAL TEÓRICO

### 6.1 AMPLIAÇÃO DA FOME E VULNERABILIDADE NA PANDEMIA DE COVID-19

O estado de fome não é um fenômeno recente, é uma situação que sempre ocorreu na história brasileira. Assim, muitos indivíduos e famílias no Brasil já se encontram em situação de fome e/ou de insegurança alimentar, um fato que ocorre desde os tempos imperiais, por estar fortemente ligado às desigualdades socioeconômicas. No entanto, a pandemia de COVID-19 deu um novo significado a essa situação de fome. Além de viver uma série de crises políticas, econômicas, de saúde e de desenvolvimento social, o mundo estava enfrentando simultaneamente uma crise sanitária. Isso causou um turbilhão de mazelas, incluindo a contaminação em massa pelo vírus SARS-CoV-2 (vírus da COVID-19)<sup>1</sup>, que também resultou em um grande número de óbitos. Consequentemente, isso afetou muito as estruturas que asseguravam uma mínima estabilidade alimentar (mas não nutricional) para muitos.

A COVID-19 não trouxe só uma doença que levou a óbitos milhares de pessoas no Brasil (também no mundo), junto a ela veio o agravamento da fome, fazendo com que as pessoas se dividissem entre os temores de contração do Coronavírus e/ou morrer de fome, pois a fome não era um vírus mais estava se espalhando muito rápido pelo país e principalmente nas regiões do Norte com 25,7% e Nordeste com 21% de famílias que estavam em situação de extrema vulnerabilidade alimentar por volta de metade de 2022, podemos também concluir que não fora diferente na região do Sudeste do país como em São Paulo e Rio Janeiro, onde tiveram um grande aumento na precarização alimentar e na falta de ter o que comer (CUT, 2022).

Em uma pesquisa realizada em Salvador - BA, sobre comunidades específicas como a do Cabula, onde há um grande número de pessoas em estado de pobreza, a falta de comida para se alimentar não era algo novo. No entanto, com a pandemia, essa situação se tornou ainda mais grave<sup>2</sup>. Famílias que ainda tinham um pouco para sobreviver, nesse período, também acabaram se encontrando no estado de fome (Oliveira; Santiago, 2022).

Para fornecer uma definição mais precisa sobre o estado de fome no Brasil durante a pandemia, e suas variações em relação ao termo “fome” na língua inglesa:

Para apreender as diferentes formas de fome é preciso introduzir uma distinção entre a fome instintiva e a fome como condição. A língua inglesa pode nos auxiliar com a diferenciação entre hunger, starvation e famine. Por hunger, entende-se a fome biológica, momentânea. O organismo necessita de calorias e manda uma mensagem ao cérebro pedindo comida – é uma sensação. Os ricos podem sentir fome tanto quanto os pobres. Starvation é o aumento dessa condição de fome, que pode ser individual ou coletiva, até um ponto crítico. Uma pessoa perdida no deserto pode morrer por starvation, mas isso não implica famine. Por famine entende-se a incapacidade de um

grupo social de se alimentar por um período e por falta de acesso ao alimento em quantidade mínima para a manutenção da condição de uma vida saudável. (Salay, 2021, p.1116).

Embora os termos “hunger”, “starvation” e “famine” sejam traduzidos como a mesma palavra em português, há uma diferença que explica de forma mais aprofundada como o país chegou ao ponto de pessoas terem que revirar o lixo para encontrar algo para comer. O Brasil, que é referência na produção e exportação de alimentos, permite que uma grande parte de sua população passe fome por não ter condições financeiras de comprar seus próprios alimentos. “A contradição se apresenta, portanto, da seguinte maneira: enquanto o Brasil segue sendo um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo, mais da metade de sua população (55%) não tem condições de alimentação adequada.” (Luciano; Correa, 2022, p.479).

O governo Bolsonaro também foi marcado por não priorizar o combate ao aumento da fome no país, fortalecendo os grandes agricultores com leis (“Lei do Agro”), facilitando ainda mais que eles tivessem acesso a maiores financiamentos bancários para produzir mais. Em contrapartida, o então governo Bolsonaro prejudicou o acesso a esses financiamentos para a agricultura familiar, especialmente em um período de pandemia e instabilidade econômica e social (Luciano; Correa, 2022, p.479).

A pandemia de COVID-19 foi a causadora do aumento da fome no Brasil, mas devido a uma má administração das políticas públicas voltadas aos cidadãos, veremos que os danos foram muito maiores. Isso será visto no trecho abaixo:

Este conjunto de dados e informações é relevante neste contexto porque, de uma parte, revelam que a pandemia não poderá ser responsabilizada isoladamente pela severidade que se anuncia na situação de fome, desnutrição e insegurança alimentar e nutricional (ISAN) de todos. Antes, as desigualdades não superadas, o avanço de políticas neoliberais e o desmonte do sistema que contemplava políticas sociais inclusivas e promotoras da SAN vem se somando para a situação atual, que tende ao agravamento dado os impactos da pandemia. Decerto, a insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, seja nos gradientes leve, moderada ou grave, deve tender à maior magnitude, com o advento da pandemia da COVID-19. (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020, p. 3422).

É fato que o problema da insegurança alimentar precedeu a pandemia de COVID-19, tendo origem por volta de 2016, com a ascensão ao Poder Executivo do país do ex-presidente Michel Temer. Ele promoveu o desmonte de políticas sociais que foram implementadas nos primeiros governos de Lula, tais como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Programa Bolsa Família, entre outros. Posteriormente, no governo Bolsonaro (em 2019), houve uma

intensificação do desmonte do restante das políticas sociais. Com o advento da pandemia, isso foi apenas o estopim para algo que iria acontecer a qualquer momento, devido ao aumento da inflação, do desemprego e da pobreza (RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

## 6.2 POSSÍVEIS POLÍTICAS DE COMBATE A FOME FEITAS PELO GOVERNO FEDERAL

Josué de Castro, na década de 1940, percebeu que muitos cidadãos brasileiros passavam fome. No entanto, o Estado não considerava o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como algo tão importante. Posteriormente, esse direito veio a ser aceito e posto em prática a partir dos anos 2000, quando o Brasil começou a criar políticas e mecanismos de combate à fome e à desnutrição, como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Cruz, 2021).

Sem dúvida, a maior política de combate à fome promovida pelo Estado foi o Programa Bolsa Família (PBF). Esse programa é um benefício importante para a população menos abastada financeiramente e, ao mesmo tempo, estimula o crescimento econômico do país.

Ao longo das últimas duas décadas, diversas políticas públicas foram criadas para a saída do Brasil do Mapa da Fome. Uma delas é o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência condicional de renda (CCT)<sup>7</sup>. Entre 2004 e 2014, o programa aumentou as despesas de 0,29% para 0,46% do Produto Interno Bruto (PIB) anual e a cobertura familiar de 6,6 milhões para 14 milhões. Estima-se que o componente de transferência de renda adotado pelo programa tenha sido responsável por 25% de redução da pobreza extrema e por quase 15% da redução da pobreza desde 2004<sup>10</sup>. Seu efeito de distribuição poderia explicar entre 1% e 1,5% da redução anual do coeficiente de Gini no país. (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020, p. 3422).

Diante da situação do avanço do Coronavírus - COVID-19, o Governo Federal, juntamente com o Ministério da Saúde, teve que cumprir as medidas de segurança estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como o distanciamento social e o lockdown. A partir desse ponto, onde todo o comércio teve que ser fechado como medida de proteção, o Governo Federal e os Ministérios do Desenvolvimento e Economia, por meio da Lei nº 13.982, de 2020, promoveram o auxílio emergencial como meio de garantia “social” e estímulo econômico para os pequenos negócios e microempreendedores individuais (MEI).

No entanto, essa política social se expandiu para a população em geral, e o Auxílio Emergencial passou a ser vinculado a outros programas de assistência social que já estavam em vigor. O Programa Bolsa Família (PBF) e o Cadastro Único foram os meios de catalogar as pessoas e famílias que necessitavam dessa política assistencialista (Cardosa, 2020).

Além disso, a implementação do Auxílio Emergencial na sociedade, para poder garantir um valor digno à sociedade e o tempo que este programa iria vigorar, foi um imenso transtorno. Isso se deu pela falta de conscientização estatal em relação ao público-alvo do Auxílio Emergencial, que eram pessoas que não tinham muita familiaridade com os sistemas implementados na época para cadastramento. Muitas pessoas, por desespero para conseguir ter esse benefício, passaram pela situação constrangedora de ficar em filas imensas, muitas vezes correndo o perigo de contrair o vírus da COVID-19, em locais como a Caixa Econômica Federal, órgãos públicos como as prefeituras de bairros etc., para que pudessem ser cadastradas no sistema e pudessem realizar o saque do auxílio (Marins *et al.*, 2021).

Mesmo assim, muitas pessoas foram vetadas de serem contempladas pelo auxílio, mesmo se encaixando no perfil social estabelecido. “Para além disso, graves distorções de atualização de cadastros negaram a concessão de Auxílio Emergencial a aproximadamente 43 milhões de pessoas, sendo 700 mil do Bolsa Família, 21,6 milhões do Cadastro Único e 20,4 milhões de solicitações via aplicativo” (Marins *et al.*, 2021, p. 683).

### 6.3 A IMPRENSA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DESEMPENHANDO O IMPORTANTE PAPEL DE EXPOR A SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA NO PAÍS

A imprensa e os meios de comunicação desempenham um papel crucial na exposição da situação de extrema pobreza em um país. Eles têm a responsabilidade de informar a população sobre as condições de vida das pessoas em situação de pobreza, destacar as causas subjacentes e apontar as possíveis soluções. Isso é ressaltado no seguinte trecho:

[...] a mídia, nas coberturas em saúde, pode ser compreendida como uma produtora de sentidos coletivos ao ordenar narrativas sobre modos de viver, percepções epidemiológicas e conceitos de riscos. Logo, a análise dessas narrativas justifica-se pela influência da mídia nas regras de sociabilidade contemporâneas, considerando que o seu significado dominante relacionado à fome circula em conjunto com nos inúmeros exemplares mensais em grande parte do território brasileiro. (Rigaud *et al.*, 2021, p. 2 e 3).

Ao expor a extrema pobreza, a imprensa pode chamar a atenção do público e dos formuladores de políticas para a urgência da questão. Isso pode levar a um maior envolvimento da sociedade civil, bem como a um maior apoio político para a implementação de medidas efetivas de combate à pobreza. Considerando que esses meios de comunicação, como os jornais O Globo e Folha de São Paulo, são grandes produtores de mídia e têm bastante visibilidade, eles focaram suas notícias no impacto da pandemia de COVID-19 na economia e no aumento

de casos confirmados de contaminação pelo vírus. No entanto, ficou mais evidente que a precarização social é algo pouco relevante para ser noticiado, especialmente em um período em que grupos sociais menos abastados financeiramente sofreram com os inúmeros impactos trazidos pela COVID-19 (Rigaud *et al.*, 2021).

A mídia é uma importante ferramenta de comunicação e exposição dos fatos, e a cada dia ganha mais força. No entanto, também pode ser uma “arma” perigosa por ter o poder de influenciar pessoas com intelecto mais vulnerável e distorcer a realidade dos fatos conforme seus interesses (Corrêa, 2013).

As classes mais pobres e socialmente vulneráveis podem ser vítimas perfeitas, por não terem instrução suficiente para contestar ou mesmo espaço para expor a realidade. Isso ocorreu no auge da pandemia de COVID-19, pela ausência de exposição da realidade da pobreza e das dificuldades enfrentadas pelas famílias que passaram fome. Corrêa, em 2013, explica um pouco sobre esse fato:

Nos últimos anos, impulsionados pela difusão dos meios de comunicação, principalmente dentre as classes sociais ditas de menor poderio econômico, o poder da mídia ficou ainda maior. É notória toda essa influência e persuasão que ela possui principalmente na parte mais pobre da sociedade, vez que esta, formada na sua maioria por pessoas com pouca instrução, acaba tomando como verdade absoluta tudo que é veiculado, justamente por não possuírem meios e ou condições de discordar daquilo que é dito. (Corrêa, 2013).

## REFERÊNCIAS

FOME atinge mais o Norte e o Nordeste; em Alagoas chega a 36,7% das famílias.

Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/fome-atinge-mais-o-norte-e-o-nordeste-em-alagoas-chega-a-36-7-das-familias-2033#:~:text=No%20Norte%20est%C3%A1%20em%2019. Acesso em: 25 jun. 2023.>

Fome se alastra no Brasil: 6 em cada 10 famílias não têm acesso pleno a alimentos.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/08/fome-se-alastra-no-brasil-6-em-cada-10-familias-nao-tem-acesso-pleno-a-comida. Acesso em: 25 jun. 2023.>

Mapa da fome: pesquisa mostra onde estão as pessoas em insegurança alimentar no país.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/14/mapa-da-fome-pesquisa-mostra-onde-estao-as-pessoas-em-inseguranca-alimentar-no-pais. Acesso em: 21 jun. 2023.>

Fome cresceu 73% em dois anos no Brasil: desde 2020, os números de vulneráveis vêm aumentando. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2022/10/11/fome-cresceu-73-em-dois-anos-no-brasil-desde-2020-os-numeros-de-vulneraveis-vem-aumentando. Acesso em: 21 jun. 2023.>

SILVA, I. DE F. O.; SOUZA, L. M. S. DE. Vulnerabilidade social e acesso aos alimentos em tempos de pandemia por COVID-19. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 29, p. e022027, 27 dez. 2022.

PT adere ao programa Bahia Sem Fome do Governo do Estado. Disponível em:

<https://www.trbn.com.br/materia/I79646/pt-adere-ao-programa-bahia-sem-fome-do-governo-do-estado. Acesso em: 22 jun. 2023.>

Ações executadas pelo Governo do Estado contribuem para a segurança alimentar na Bahia | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Disponível em:

<http://www.car.ba.gov.br/noticias/acoes-executadas-pelo-governo-do-estado-que-contribuem-para-seguranca-alimentar-na-bahia. Acesso em: 23 jun. 2023.>

O impacto de políticas públicas de combate à fome | Politize! Disponível em:

<https://www.politize.com.br/combate-a-fome/#:~:text=A%20partir%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20desses. Acesso em: 20 jun. 2023.>

Famílias matam a fome com restos de comida do Ceasa em Salvador; moradores comentam esforço para encontrar alimentos no lixo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/08/11/pesquisa-aponta-crescimento-das-familias-em-situacao-de-pobreza-e-extrema-pobreza-em-salvador.ghtml. Acesso em: 13 jun. 2023.>

Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar. Acesso em: 21 jun. 2023.>

Fome Zero completa 20 anos com retrocesso em indicadores. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/fome-zero-completa-20-anos-com-retrocesso-em-indicadores.shtml. Acesso em: 12 jun. 2023.>

2o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentarno-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 25 mai. 2023.